

**VI Congresso do SIMPA: Reorganizar a Classe Trabalhadora para Lutar e Avançar
26 e 27 de abril de 2019**

“POR UM SINDICATO DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES”

1. APRESENTAÇÃO:

Esta tese é uma contribuição conjunta de trabalhadores municipais independentes, bem como integrantes da Resistência Popular, da Intersindical Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora.

Nós, trabalhadores, somos militantes ativos da categoria dos municipais de Porto Alegre e estamos empenhados em contribuir com o avanço político e organizativo de nosso sindicato, não só através do Congresso que se aproxima, como também através da luta cotidiana lado a lado com a classe trabalhadora em defesa de nossos direitos.

2. ANÁLISE DE CONJUNTURA:

a) CONJUNTURA INTERNACIONAL

A cada período, o capital busca formas de potencializar a exploração contra os trabalhadores. Crises periódicas de superprodução, levam os capitalistas a procurarem saídas para retomar o crescimento dos seus lucros. Tais saídas se dão no aumento da exploração dos trabalhadores: demissões, redução de salários, retirada de direitos e tudo que piora as condições de vida e trabalho da classe.

O último ciclo de crise do capital, ocorrido em 2008, se manifestou inicialmente na Europa, alastrando-se para demais países, intensificou a precarização da classe trabalhadora, em prol da retomada do crescimento econômico pela burguesia. De lá pra cá, o capital tem avançado no centro do sistema e, principalmente nas economias dominadas, em reformas para aprofundar a exploração contra os trabalhadores. Os ataques se intensificaram, mais guerras vêm ocorrendo, mais destruição e maior fluxo migratório. Os Estados Unidos, com Trump, vem tentando aumentar sua influência geopolítica na América Latina.

No Chile, o movimento popular está na luta pela previdência pública, devido ao trágico caminho de miséria que têm hoje os aposentados daquele país. Na Europa, o movimento dos coletes amarelos resiste nas ruas francesas e ampliam suas pautas. Na Venezuela, as disputas pelo poder político e a briga econômica em torno do petróleo do País, tem trazido consequências desastrosas para a classe trabalhadora. Com índices econômicos baixíssimos, instabilidade política e violência, os trabalhadores sofrem com a crise de abastecimento, e com a ampliação da violência, principalmente nos embates entre os pró-governistas e os seus opositores.

b) CONJUNTURA NACIONAL

No Brasil, tivemos um período de conciliação de classes com os governos do Partido dos Trabalhadores, que administrou os interesses burgueses e garantiu ao capital manter e aprofundar mecanismos que asseguram seus lucros. Reformas e retirada de direitos já vinham sendo executadas por estes governos desde 2003. Entretanto, com a política de conciliação de classes, o projeto democrático e popular conseguiu apassivar e fragmentar a luta dos trabalhadores como classe organizada e isso favoreceu a burguesia, que conseguiu colocar seus representantes no governo.

Nosso apassivamento enquanto classe, somado aos mecanismos ideológicos do capital, fez com que parte de nossa classe acreditasse que Bolsonaro poderia realmente melhorar as condições de vida e trabalho.

Porém, sabemos que um governo abertamente liberal e conservador como o de Bolsonaro, somente aprofundará a exploração de nossa classe, a repressão contra trabalhadores e as consequentes miséria e violência.

A reforma trabalhista do governo Temer vem mostrando suas consequências, que se evidenciam mais claramente nos casos de terceirização e precarização, tanto no trabalho privado quanto no setor público, sendo que, para nós trabalhadores do setor público ficam mais evidentes a piora nas condições dos serviços de atenção à saúde e na qualidade da educação, que também leva à piora da qualidade de vida da classe trabalhadora e seus filhos, tendo a PEC do teto dos gastos como parte disso também.

Com o governo Bolsonaro, já tivemos o fim do Ministério do Trabalho, uma carteira de trabalho verde amarela sem direitos, o pacote anticrime do Moro. Junto a isso, a proposta de Reforma da Previdência prevê o aumento do tempo de contribuição; idosos trabalhando sem chance de se aposentar; diminuição dos valores pagos como aposentadoria para aqueles que conseguirem se aposentar. Projetos antipovo, que prejudicam, mais uma vez, os pobres, de cor preta e mulheres mais intensamente.

Como já apontava antes das eleições, o governo Bolsonaro defende a criminalização dos que lutam; ataques à organização dos trabalhadores em seus sindicatos e na sua forma de organização; violência no campo; violência nas periferias; aumento da massa carcerária, estímulo ao genocídio indígena e interrupção do processo de reconhecimento de territórios quilombolas.

Grandes manifestações recentes no Brasil, a exemplo da greve dos caminhoneiros, foram polêmicas e tiveram a pauta principal (redução do valor do combustível) tomada por outras pautas específicas, sem relação direta com a pauta principal, levando a fragmentação do movimento. Muitas destas pautas inclusive são reacionárias, como a redução da maioria penal. A falta de identidade de classe entre os próprios trabalhadores, somado à desorganização das forças esquerda, se tornam campo fértil para o avanço do pensamento liberal e conservador entre os trabalhadores.

O uso das redes sociais como fonte de informação e disseminação de *fake news* no período pré e pós eleitoral, a aceitação de “pós verdades”, a grande influência da igreja evangélica na orientação política brasileira e influência de pseudo-filósofos de youtube também dão a tônica de tempos de informações multilaterais confusas que desafiam ainda mais a organização das trabalhadoras e trabalhadores.

c) CONJUNTURA LOCAL (municipal)

A eleição de Marchezan Jr. não foi uma surpresa, após três gestões de continuísmo. Foi resultado de um processo pelo qual passou a classe trabalhadora no ciclo democrático popular, no qual após a falência de um modelo, se aposta no novo.

No tom da política brasileira de apostar no “novo” e em uma gestão moderna, na intenção de implantar a lógica do privado no que é público, o governo apostou todas suas fichas no discurso de responsabilização dos trabalhadores pelos problemas do serviço público e da cidade, em um início de grande inoperância. A investida contra os servidores nos primeiros anos de governo foram pouco frutíferas junto à vereança, pois o governo deixava a cidade sem manutenção, negligenciando demandas dos mais pobres e também das regiões mais ricas, mas mantendo como interlocutores os empresários da cidade.

A relação com os trabalhadores municipais é de intensa criminalização de quem faz a cidade. Nega qualquer negociação de database, iniciou o inédito parcelamento de salários e os empréstimos de 13º, todas as deliberações de horário de trabalho e foram verticalizadas. Ao mesmo tempo, a prefeitura sustenta junto à mídia e à população a ficção de uma tentativa de

diálogo com os servidores sob a forma de reuniões que, na prática, quando ocorreram, foram meramente para veicular exigências e ressaltar a falta de disposição para o diálogo.

Os trabalhadores terceirizados da Prefeitura estão com contratos absurdamente precários, com atrasos de salário, vales transportes e vale refeição o que coloca estes colegas no nível de miséria e fome. Ainda será grande o aumento da terceirização e da entrega de serviços públicos por completo ao mercado privado, Marchezan declarou que a desestatização de serviços públicos "vai chegar a todos os setores da área social, saúde, assistência social e educação". Dessa forma, já foram entregues aos empresários a iluminação pública (que era responsabilidade dos trabalhadores da DIP/SMOV), a rede de educação infantil (primeira cidade brasileira a terceirizar a administração de uma escola pública), três Centros de Atenção Psicossocial foram construídos e entregues à empresários em 2019, a exploração de espaços públicos pela iniciativa privada (PL recentemente aprovado na Câmara de Vereadores). Ainda serão alvos, em 2019, os hospitais públicos (HMIPV e HPS, já anunciados pelo governo), as UPA's (Bom Jesus e Lomba, que já estão em fase de edital). Também está sendo articulado nacionalmente uma mudança no FUNDEB para que municípios possam entregar os serviços de educação de nível fundamental aos empresários. O objetivo do governo estatal com as PPP's é declarado abertamente: baixar o valor da força de trabalho.

d) CONCLUSÃO

Vivemos um período de desorganização de nossa classe e de dificuldade de reagir diante de crescentes ataques que viemos sofrendo. Sendo assim, é necessário criarmos condições para reorganizar a classe, resgatar ferramentas de luta para que a mesma possa enfrentar os ataques do capital e seu estado aos seus direitos:

Buscar a unidade nas nossas ações de luta, com foco nas demandas e necessidades da classe trabalhadora, e não nos interesses eleitorais e de conciliação; fortalecer o sindicato como estrutura que se coloque irrestrita e radicalmente dedicada à luta de classes, antipatriarcal e antirracista.

Contra as reformas que atacam a todos, construir greves gerais.

3. MOVIMENTO SINDICAL - ANÁLISES E PROPOSTAS

Este capítulo expõe nossa análise sobre a situação sindical da categoria municipal, bem como aponta nossas propostas de organização do trabalho possível, partindo de nossa realidade. Os temas estão organizados em ordem alfabética, enquanto as propostas estão numeradas em seqüência no texto, a fim de facilitar o debate.

a) BALANÇO EM RELAÇÃO À DIREÇÃO:

A atual diretoria do SIMPA é composta majoritariamente por duas forças políticas: CUT e CTB. A chapa da CUT e CTB se elegeu com a consigna "Sem assédio, sem mordada", porém sua atuação foi contrária à agitação realizada na campanha, desde o início da sua gestão.

Alguns registros relevantes entre 2016 e 2019:

- Atropelos nas assembléias de 2017, inclusive encerrando assembléia sem ter finalizado os debates que tinham sido levados à mesa;
- Comando de greve fechado, sem direito à voto para os grevistas, somente os Conselheiros do CORES;
- Boicote a ações aprovadas pela categoria (não enviar carro de som para ato, não enviar os instrumentos da charanga para caminhada, enviar apenas o palio com caixa de som para ato no paço municipal em plena greve, etc), monopolizar os espaços de fala em greves, impedindo a base de se manifestar.

- Assédios e perseguições por parte do Diretor de Combate à Opressões a trabalhadoras municipais mulheres, inclusive presencialmente nos locais de trabalho, tendo a diretoria e os grupos políticos que a apoiam (inclusive dirigentes da Atempa) ajudando o assediador a passar ileso, sem fazer autocritica nem se retratar para as colegas assediadas. A CTB, organização da qual este diretor faz parte, sugeriu inclusive que a categoria deveria propor, organizar e oferecer formação para combate a opressões no Simpa, justamente a responsabilidade do diretor que, devido à manobras burocráticas, conseguiu pedir seu afastamento da diretoria do Simpa antes que o CORES pudesse propor um debate e encaminhamentos sobre sua postura como dirigente.
- Absoluta irresponsabilidade sobre discussão de tática e estratégia com a categoria nos momentos de clara necessidade de ação direta e mudanças de método de luta, como o ocorrido na resistência dos trabalhadores na votação do PL 02/2019, deixando os trabalhadores expostos à repressão.
- Valorização da prática de judicialização das pautas da categoria. Avaliamos como equivocada a ênfase no processo judicial, e não na força e unidade dos trabalhadores em luta. Isto não significa, no entanto, que não se deva judicializar greves, faltas e outros pontos, a crítica é na aposta deste meio como via de conquista, esquivando-se do uso da greve, da ação direta, da paralisação, etc.
- Os integrantes da diretoria do SIMPA, no último período, também passaram a utilizar camisetas e bonés das organizações políticas que participam fora do Simpa (CUT e CTB principalmente) quando estão em atividades representando os municipais, principalmente quando estão dando entrevistas à mídia, em atos de rua, caminhadas, entrevistas coletivas, etc.

Considerando que a diretoria é eleita para representar o SIMPA e nosso sindicato não é filiado a nenhuma central sindical, propomos:

1. Que seja proibido aos diretores do SIMPA, quando em representação do sindicato, utilizarem vestimentas, bem como qualquer adereço que vincule a imagem do SIMPA a outras organizações que não compõem a estrutura do SIMPA.

b) CORES

É perceptível que muitos integrantes do CORES não comparecem nas reuniões, não comparecem às atividades da categoria, não comparecem aos atos e paralisações, e muitos inclusive não aderem aos movimentos paredistas deflagrados pela categoria. Porém, quando seus grupos políticos precisam aprovar algo estes representantes eleitos aparecem no CORES, muitas vezes somente para votar mesmo, não participando dos debates, quiçá participando das reuniões do início ao fim. As reuniões do CORES tem historicamente sido dirigidas por uma mesa composta exclusivamente por membros da diretoria.

Muitas vezes o CORES precisa se encontrar para debater determinado assunto, porém devido ao estatuto somente pode ser convocado por a) diretoria ou b) metade mais um dos membros do CORES (o que inclui a própria diretoria, numa proporção de mais de 10% do total). Dessa forma, considerando que muitos integrantes eleitos do CORES nunca participaram de uma reunião, fica inviável conseguir 50% + 1 de membros para convocar uma reunião do CORES sem depender da diretoria para isto. Além disso, o estatuto do SIMPA prevê que o próprio CORES estabeleça seu Regimento Interno (artigo 28, alínea 'f'). Contudo este Regimento não foi construído até hoje. Porém, enquanto isso não ocorre, encaminhamos sugestões para melhorar a participação e qualificar os debates e deliberações do CORES. Por essas razões, propomos:

2. Retirada do mandato de Representante ou Coordenador de CORES daqueles que faltarem 03 reuniões do CORES sem apresentar justificativa ao Cores.
3. Retirada do mandato de Representante ou Coordenador de CORES daqueles que não participarem de movimento paredista da categoria.

4. Obrigatoriedade da chamada de uma reunião de CORES ao mês pela diretoria, e não somente quando é conveniente para seus próprios interesses e de seus grupos políticos.
5. Alteração no artigo 27, alínea 'b', para: "1/3 dos membros do CORES".
6. Mesas das reuniões do CORES sejam integradas por membros não-diretores, inclusive estabelecendo rotatividade das pessoas, para que mais integrantes tenham esta experiência e para que a mesa e o andamento dos debates do CORES sejam mais plurais.

c) CONSELHO FISCAL

7. Melhorar a transparência do sindicato estabelecendo e oferecendo aos Conselheiros Fiscais uma forma simplificada e ágil de acesso aos documentos fiscais para consulta e avaliação, tanto dos Conselheiros Fiscais quanto de qualquer filiado ao SIMPA.

d) CONGRESSO

8. Estabelecer um calendário para debater as alterações do estatuto que surgirem do Congresso, realizando debates nos Conselhos de Representantes e, somente após uma reunião específica do CORES poderá ser chamada Assembleia para mudança do estatuto.

e) ASSEMBLEIA GERAL

9. Garantia de espaços de debate de núcleos durante a assembleia após as inscrições e antes das tomadas de decisão.
10. Assim como no CORES, revezar a condução da assembleia **entre representantes**.

f) COMANDO DE GREVE

A deflagração da greve dissolve o poder de diretoria nas decisões da categoria, o que gera o compromisso em todos os grevistas em atuar, refletir e agir pelas pautas definidas. Por este entendimento, propomos

11. Mudança no estatuto - Constar no estatuto do Simpa que Comando de Greve deve ser SEMPRE aberto.
12. Agendar Comando de greve durante as 72h que precedem o início de todas as greves

g) COMANDO DE NEGOCIAÇÃO

Embora o governo Marchezan seja "antidiálogo" há casos em que, por exemplo, os Vereadores municipais convidaram o SIMPA para debater propostas de substitutivos de projetos ou emendas, e somente a diretoria compareceu à reunião, em plena greve. Neste sentido, propomos:

13. Mudança no estatuto - Constar no estatuto do Simpa que Comando de Negociação deve ser SEMPRE discutido e votado na Assembléia Geral que aprova a Greve. Independentemente se o patrão está negociando com a categoria numa mesa de negociação ou não.

h) REPRESSÃO DA ROMU

O estatuto é frágil quanto a expulsão de sócios. A evidente repressão de servidores da guarda municipal contra os municipais em luta torna inviável a relação solidária e de coleguismo aos que agem contra a categoria. Neste sentido, propomos:

14. Imediata expulsão do sindicato de todos àqueles que agem contra os movimentos e ações da categoria, principalmente no caso de agressões físicas contra os municipais (Guardas Municipais que integram a ROMU, por exemplo).
15. Alterar estatuto qualificando o texto quanto a esta prática.

i) ATUAÇÃO SINDICAL

16. Depósito mensal de 10% da arrecadação com mensalidades do Sindicato na conta corrente do Fundo de Greve.
17. Liberação do fundo de greve a partir de critério deliberados em assembleia imediatamente após verificação de perda pecuniária por movimento paredista por aqueles que solicitarem. Caso venha a ocorrer recuperação financeira por negociação ou ganho judicial, o valor deverá ser ressarcido ao sindicato sem juros ou multas no período de 30 dias após recebimento, retornando ao fundo de greve.
18. Definição de suporte e apoio financeiro a organizações ou atividades extra-sindicais devem passar pelo CORES.
19. Realização de reuniões zonais/assembleias zonais a fim de viabilizar maior participação da categoria não somente nos períodos de database/greve, mas na atualização sobre condições gerais dos municipais e articulação regional estratégica.

j) SOLIDARIEDADE COM TERCEIRIZADAS

Estes trabalhadores precarizados possuem elos muito frágeis de organização, pois são atomizados em locais e funções distintas.

20. Disponibilização de apoio jurídico permanente, espaço físico para reunião e ajuda técnica para criação de organização de terceirizadas contratadas pela Prefeitura de Porto Alegre.
21. Campanha de apoio em recursos nos casos de atrasos e faltas de salário.
22. Realização de auditorias e acompanhamento de processos de contratação de empresas terceirizadas, PPPs, etc.

l) CULTURA E RECREAÇÃO

A fim de garantir um olhar para a maioria das municipais que são mães e para os colegas que têm filhos, e estimular a participação das mulheres nas lutas cotidianas, bem como criar memória e momentos fraternos da categoria, propomos:

23. Que se instaure para todas as atividades do SIMPA um formulário disponível até 24h antes do ato, em que qualquer municipal/ia/o possa informar a necessidade de recreação para crianças, e essa esteja disponível (contratada).
24. Que sejam organizadas atividades que comemorem a retomada do sindicato/data de sua inauguração/1º de maio/ como agenda dos municipais, no SIMPA ou em local a ser definido, para momentos de confraternização e convívio fraterno da categoria.